

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NA PÓS-GRADUAÇÃO: DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DAS COTAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNEMAT

Alessandra Ferreira Mota, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), alessandra.mota@unemat.br

Paulo Alberto do Santos Vieira, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), vieira.paulo@unemat.br

Eixo 5 – Políticas de acesso e permanência de estudantes da educação superior na perspectiva inclusiva.

INTRODUÇÃO

As políticas de ação afirmativa constituem um dos principais instrumentos de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro nas últimas décadas. Inicialmente concentradas na graduação, sobretudo após a promulgação da Lei n. 12.711/2012, as cotas passaram a integrar também a pós-graduação stricto sensu a partir das reformulações normativas ocorridas em 2023. A sanção da Lei n. 14.723/2023 representou um marco importante ao estabelecer que instituições federais de ensino superior promovam políticas de inclusão voltadas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nos cursos de mestrado e doutorado.

Esse processo ocorre em um contexto histórico marcado pela profunda desigualdade racial, social e regional na produção do conhecimento científico brasileiro. A pós-graduação, tradicionalmente constituída como espaço elitizado e excludente, apresenta reduzida presença de sujeitos historicamente marginalizados (Azevedo; Barbosa; Guena, 2024). Mesmo com avanços observados nas universidades públicas brasileiras desde a expansão das ações afirmativas na graduação, persistem obstáculos estruturais relacionados ao acesso, permanência e reconhecimento acadêmico desses grupos.

Nesse cenário, programas de pós-graduação em Educação tornam-se espaços estratégicos para a análise crítica das políticas afirmativas, sobretudo porque a educação ocupa centralidade no debate sobre justiça social, diversidade e democratização institucional (Lima; Maciel, s/d.). A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), localizada em uma região marcada pela presença de populações indígenas, quilombolas e grupos historicamente vulnerabilizados,

constitui um campo relevante para investigação acerca dos limites e possibilidades da implementação das cotas na pós-graduação.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem por objetivo discutir os desafios da implementação das políticas de ação afirmativa na pós-graduação, problematizando os entraves institucionais, políticos e epistemológicos relacionados à adoção de cotas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNEMAT. Parte-se da hipótese de que a aplicabilidade das cotas para negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nesse programa avançará com baixa rapidez, em razão de fatores como resistência institucional, dificuldades administrativas, ausência de tradição consolidada em ações afirmativas na pós-graduação, limitações orçamentárias e permanência de concepções meritocráticas que tensionam a adoção de políticas redistributivas no ambiente acadêmico.

PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram na revisão e análise da literatura acadêmica pertinente ao tema das ações afirmativas na educação superior, com ênfase nas políticas de cotas na pós-graduação, bem como no levantamento e análise de documentos normativos que regulamentam o tema.

As fontes de dados utilizadas compreendem: legislação federal, em especial a Lei n. 12.711/2012, a Lei n. 14.723/2023 e a Portaria Normativa MEC n. 13/2016; publicações científicas sobre as políticas educacionais, ações afirmativas e relações raciais; e documentos institucionais relacionados à implementação de ações afirmativas em programas de pós-graduação de universidades brasileiras.

A análise adotada é de caráter interpretativo e crítico, buscando articular o referencial teórico mobilizado com o problema empírico investigado, qual seja, os desafios à implementação das cotas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNEMAT. Trata-se, portanto, de uma abordagem que privilegia a compreensão das dimensões estruturais, institucionais e epistemológicas que atravessam o debate sobre as políticas afirmativas na pós-graduação brasileira.

PROBLEMATIZANDO AS COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO



A ampliação das ações afirmativas para os programas de mestrado e doutorado representa uma importante inflexão nas políticas educacionais brasileiras. Historicamente, a pós-graduação permaneceu distante das políticas de democratização do acesso, reproduzindo padrões de exclusão racial e social presentes na estrutura universitária nacional (Feres Júnior, 2026). Embora a Portaria Normativa nº 13/2016 do Ministério da Educação já induzisse universidades federais à adoção de ações afirmativas na pós-graduação, foi somente a partir de 2023, com a atualização da Lei de Cotas, que a temática adquiriu maior centralidade institucional. A CAPES passou, então, a estimular programas voltados à diversidade e inclusão, como o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Políticas Afirmativas e Diversidade e o Programa Abdias Nascimento (Rodrigues; Abramowicz; Cruz, 2025).

Entretanto, a existência de marcos normativos não garante a efetividade das políticas públicas. Em diversos programas de pós-graduação brasileiros, observa-se implementação desigual das cotas, frequentemente marcada por adesão parcial, ausência de regulamentação específica, resistência docente e limitações estruturais. Algumas universidades passaram a instituir resoluções próprias de ações afirmativas, como ocorreu na Universidade Federal do Ceará e na Universidade Estadual de Campinas, evidenciando que a implementação depende fortemente da disposição política e administrativa de cada programa.

No caso da UNEMAT, o debate adquire particular relevância em razão da diversidade étnico-racial presente no estado de Mato Grosso. A instituição possui potencial estratégico para formação de pesquisadores negros, indígenas e quilombolas, especialmente em áreas relacionadas à educação, diversidade e direitos sociais. Contudo, a adoção de políticas afirmativas na pós-graduação envolve desafios ligados à definição de critérios de seleção, mecanismos de permanência estudantil e enfrentamento do racismo institucional.

O debate acerca das ações afirmativas na pós-graduação brasileira envolve múltiplas dimensões: jurídica, política, institucional, epistemológica e social. Embora as cotas tenham obtido significativa legitimação na graduação, sua expansão para os cursos de mestrado e doutorado ainda enfrenta resistências importantes. Uma das principais controvérsias relaciona-se à permanência da lógica meritocrática no interior da pós-graduação. Historicamente, os programas stricto sensu foram organizados a partir de critérios de excelência acadêmica associados à produtividade científica, domínio de línguas estrangeiras, capital cultural e inserção

em redes de pesquisa. Tais critérios, aparentemente neutros, refletem desigualdades históricas de acesso à educação e à produção científica (Carvalho; Segato, 2021).

Nesse sentido, autores como Munanga (2005) argumentam que a defesa abstrata da meritocracia ignora as desigualdades estruturais produzidas pelo racismo brasileiro. O debate contemporâneo evidencia que mérito e igualdade de oportunidades não podem ser analisados de maneira dissociada das condições materiais e históricas de exclusão racial.

Além disso, as políticas de ação afirmativa na pós-graduação tensionam o próprio modelo de produção do conhecimento científico. A entrada de estudantes negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência amplia disputas em torno da legitimidade de epistemologias não hegemônicas e de novas agendas de pesquisa. Trata-se, portanto, não apenas de ampliar o acesso, mas de transformar os sujeitos produtores de conhecimento.

Outro elemento relevante refere-se às dificuldades institucionais para implementação das cotas. Muitos programas de pós-graduação apresentam resistência em reservar vagas, alegando ausência de infraestrutura, limitações orçamentárias e necessidade de manutenção de indicadores avaliativos da CAPES. Em alguns casos, há temor de impactos negativos nas avaliações institucionais e na produtividade acadêmica.

Somam-se a isso as disputas envolvendo bancas de heteroidentificação e mecanismos de validação das autodeclarações raciais (Ribeiro; Vieira, 2024). As universidades brasileiras passaram a enfrentar debates intensos sobre fraudes em cotas raciais e critérios de reconhecimento identitário. Tais processos revelam tensões relacionadas à racialização das relações sociais brasileiras e ao enfrentamento do racismo institucional.

Também merece destaque a insuficiência de políticas de permanência estudantil na pós-graduação. O acesso por cotas, isoladamente, não garante condições adequadas de permanência. Bolsas insuficientes, ausência de políticas de assistência estudantil e dificuldades econômicas tendem a impactar especialmente estudantes oriundos de grupos historicamente vulnerabilizados.

Além disso, parte significativa do debate público sobre cotas ainda se encontra atravessada por discursos meritocráticos e questionamentos acerca da legitimidade das ações afirmativas. Discussões sobre "mérito", "excelência acadêmica" e "qualidade da pós-graduação" frequentemente aparecem como mecanismos de resistência à democratização universitária. Esse cenário demonstra que a implementação das cotas não constitui apenas uma mudança administrativa, mas uma transformação política e epistemológica no interior da universidade.



No contexto da UNEMAT, esses desafios podem se manifestar de maneira ainda mais intensa devido às desigualdades regionais, às limitações financeiras das universidades estaduais e à necessidade de construção institucional de mecanismos específicos para implementação das ações afirmativas na pós-graduação. Assim, problematizar as cotas na pós-graduação implica compreender que as ações afirmativas ultrapassam a dimensão do acesso formal, exigindo transformações estruturais na universidade brasileira.

CONCLUSÕES

As políticas de ação afirmativa na pós-graduação brasileira representam uma importante conquista dos movimentos sociais e das lutas históricas pela democratização do ensino superior. A inclusão de negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nos cursos de mestrado e doutorado constitui avanço significativo no enfrentamento das desigualdades raciais e sociais presentes na produção científica nacional.

Entretanto, a implementação dessas políticas ocorre de forma desigual e marcada por inúmeras contradições. No caso do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNEMAT, a análise realizada confirma a hipótese de que a aplicabilidade das cotas avançará com baixa rapidez, em razão de obstáculos institucionais, administrativos e políticos ainda presentes no interior da universidade.

A discussão empreendida evidencia que as ações afirmativas tensionam estruturas históricas de poder acadêmico, questionando concepções tradicionais de mérito, excelência e neutralidade científica. Ao mesmo tempo, revelam a necessidade de construção de políticas permanentes de inclusão e permanência estudantil capazes de garantir não apenas o ingresso, mas também condições efetivas de formação acadêmica.

Conclui-se, portanto, que o debate sobre cotas na pós-graduação não pode ser reduzido à simples reserva de vagas. Trata-se de uma disputa mais ampla em torno da democratização da universidade, da pluralização epistemológica e do reconhecimento de sujeitos historicamente excluídos da produção do conhecimento científico brasileiro. Nessa perspectiva, a UNEMAT, por sua inserção regional e pela diversidade étnico-racial do estado de Mato Grosso, representa um lócus privilegiado para o avanço dessas políticas e para a consolidação de uma pós-graduação mais plural e democrática.



REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Jackeline Maciel de. BARBOSA, Hanna Karoliny Feitosa. GUENA, Marcia. Mulheres nos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil: um processo decolonial do saber. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/issue/view/50. Acesso em 10.mai.2026.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília: Presidência da República, 2023.
BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação. Brasília: MEC, 2016.

CARVALHO, José Jorge de. SEGATO, Rita Laura. Cotas raciais, universidade pública e democratização do ensino superior no Brasil. Brasília: EdUnB, 2021.

FERES JÚNIOR, João. Pela universidade pública. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/pela-universidade-publica/. Acesso em 11.mai.2026.

LIMA, Tatiane. MACIEL, Carina. Políticas afirmativas na Pós-graduação: pesquisas sobre acesso e permanência. Disponível em: https://static.even3.com/anais/1159040.pdf. Acesso em 10.mai.2026.

MUNANGA, Kabengele (org). Superando o racismo na Escola. 2 ed., Brasília: MEC/SECAD, 2005.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira e VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. Racial Affirmative Action and the Consensus on Phenotypic Hetero-Identification: Notes on the State Universities of the Brazilian Midwest. Disponível em: https://sciencepublishinggroup.com/article/10.11648/j.sr.20241204.12. Acesso em 11.mai.2026.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ, Anete; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. O impacto das políticas de ação afirmativa no projeto educacional de famílias negras: o Programa Abdias Nascimento. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/zhsX9wwJcpR7Qq5yj7f5KFs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 11.mai.2026.